

Acordo da Ordem Econômica pode sair hoje

BRASÍLIA — A Liderança do PMDB e o Centrão reúnem-se hoje, antes da votação do Título da Ordem Econômica, para tentar, a partir do resultado de consultas internas nos dois grupos, definir um acordo sobre os temas mais polêmicos. Os negociadores encerraram ontem a primeira etapa de conversações com todos os artigos discutidos e com propostas alternativas para cada um dos temas polêmicos.

— Ou nós temos juízo e optamos pelo entendimento ou criaremos problemas sérios, como um atraso brutal na Constituinte e um festival de "buracos negros" — afirmou o Vice-Líder do PMDB, Deputado Antônio Brito (RS).

Brito informou que seu grupo ofereceu ao Centrão mais de 30 novas alternativas ao texto da Comissão de Sistematização. Ele acha que, pelo calendário das negociações, a votação começará amanhã.

— Tenho esperanças de um entendimento. O bom senso indica que devemos fazer acordos na maioria dos temas, deixando de lado apenas três ou quatro pontos para serem decididos no voto — disse um dos negociadores do Centrão, o Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

Entre as propostas alternativas que serão levadas hoje aos dois grupos, está uma nova redação para o dispositivo que trata das condições para que uma propriedade cumpra sua função social. A idéia é incluir a expressão "nos termos da lei", remetendo à legislação complementar a definição sobre as condições em que a propriedade cumprirá sua função social.

Além disso, o Centrão tenta convencer a Liderança do PMDB a aceitar que o uso da propriedade rural fique subordinado a uma função social, e não o direito de propriedade em si.

Na parte relativa à questão mineral, a proposta alternativa entre os



Líderes do Centrão e do PMDB fazem uma nova rodada de negociações para discutir propostas alternativas

dois grupos — que divergem sobre a nacionalização da exploração mineral — é a de restringir para brasileiros a exploração dos minerais estratégicos, ao lado da exploração nas áreas fronteiriças e indígenas.

A questão urbana está praticamente acertada. Ainda há uma pequena discordância a respeito das condições para o usucapião de cinco anos. O Centrão alinha entre essas condições o "não reconhecimento de domínio alheio", expressão que o grupo do Senador Mário Covas (PMDB-SP) deseja retirar.

A negociação em torno do conceito

de empresa nacional — que avançava rumo a uma fórmula do Senador Severo Gomes (PMDB-SP) segundo a qual a lei ordinária definiria as condições para o controle efetivo de uma empresa — esbarrou em um problema. O grupo de Covas quer acrescentar ao texto um dispositivo que garanta o cumprimento da Lei da Informática, ampliando a definição de empresa nacional quando ela estiver em setor de tecnologia de ponta. Hoje de manhã, o Centrão se reúne com técnicos para estudar o assunto. Em princípio, a proposta prevê três conceitos: empresa brasileira, repetindo o texto do Cen-

trão; empresa brasileira de capital nacional, que seria definida pela fórmula de Severo Gomes; e empresa brasileira de capital nacional na qual o controle tecnológico é indispensável.

Antônio Brito informou que somente hoje a Liderança do PMDB definirá se apóia ou não a aprovação do texto-base do Centrão, pois esta decisão depende de um entendimento. Ponte informou que seu grupo espera que, com acordo sobre a maioria dos dispositivos e restando apenas três ou quatro divergências, o grupo de Mário Covas aprove o texto.

Leis complementares, saída para o impasse

SÃO PAULO — "Difícil, mas não impossível". Foi assim que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) se referiu ontem à viabilidade de um acordo para a votação do Título da Ordem Econômica e Financeira. Segundo ele, as leis complementares, funcionando como "válvulas de escape", poderão evitar o confronto. Isto é, os pontos mais polêmicos serão remetidos à legislação ordinária.

Ulysses ressaltou já ser sabido, de antemão, que a Ordem Econômica geraria muita polêmica, por reunir a maior quantidade de divergências

entre os projetos da Sistematização e do Centrão:

— É mesmo o "Cabo das Tormentas". Votando-se esse título, nos avizinharemos do final dos trabalhos. É um título difícil, complexo, complicado. Mas tenho conversado muito na busca de um entendimento, que considero difícil mas não impossível.

O Presidente da Constituinte confirmou para hoje o início da votação, destacando como principais divergências os itens relacionados com a definição de empresa nacional, a mineração em faixas de fronteiras e territórios indígenas e a distribuição

de combustíveis. Ulysses manifestou a esperança de que não ocorram manobras para impedir a obtenção do quorum necessário à votação.

O Deputado parece confiar realmente no fechamento de acordos que permitam uma aprovação rápida do Título VII — da Ordem Econômica:

— Quem tem a perder sempre faz acordo. Como todos entendem que têm a perder, farão acordo.

Aprovado este título, calculou o Presidente da Constituinte, os trabalhos fluirão mais rapidamente. Virão as disposições transitórias, quando,

Telefoto de Luiz Antônio

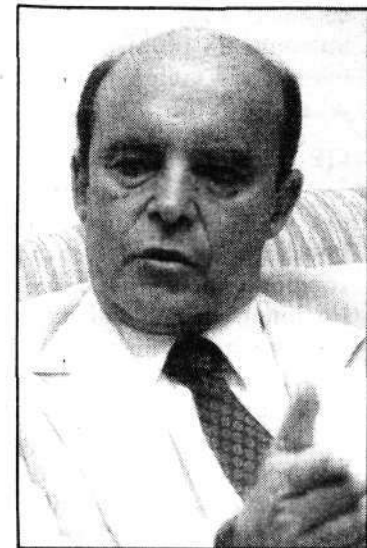
Dornelles: Polêmica não impedirá o entendimento

O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) apontou ontem os quatro pontos que considera mais polêmicos na votação dos princípios básicos da Ordem Econômica, que começa a ser votada hoje pela Constituinte: a definição de empresa nacional, a exploração de recursos minerais, a nacionalização ou estatização do petróleo e os contratos de riscos. Ele acredita, contudo, que, a exemplo dos demais capítulos já votados, parlamentares nacionalistas e os afinados com o Centrão conseguirão chegar ao entendimento em torno de suas divergências.

— Não há interesse de se criar uma Ordem Econômica arcaica e contrária a tudo que está ocorrendo no Mundo. O Brasil precisa crescer e o crescimento exige maior taxa de investimento. Precisamos estimular a poupança interna e receber maior poupança externa — disse o Deputado.

Isso significa, no entender de Francisco Dornelles, que a empresa brasileira ou nacional seja organizada de acordo com as leis do Brasil e que tenha no País sua sede de direção, ainda que a maioria do capital pertença a residentes no exterior.

— Eu admitiria um segundo conceito de empresa brasileira de capital nacional, cuja maioria do capital votante pertença a pessoas físicas domiciliadas no País ou a pessoas jurídicas de direito público. Não se pode aceitar que o poder decisório com o que se pretende caracterizar a empresa brasileira de capital nacional esteja em caráter incondicional ou exclusivo em mãos de pessoas fi-



Dornelles: Economia moderna

sicas domiciliadas no Brasil. Isso fará com que a empresa brasileira nacional não tenha condições de receber sócios estrangeiros minoritários e impossibilitará a existência de joint venture no País — acrescentou Dornelles.

Ele é contrário à tese de que somente as empresas estatais e as brasileiras de capital nacional possam exercer atividades na mineração. Francisco Dornelles entende que a empresa brasileira cujo capital pertença a residentes no exterior também deve ter esse direito.

O Deputado se opõe à nacionalização ou estatização do petróleo e observou que a questão dos contratos de risco não deve ser regulamentada na nova Carta.

Centrão mobiliza parlamentares

BRASÍLIA — Um apelo para que, na qualidade de defensores da livre iniciativa, não faltem hoje à votação do título da Ordem Econômica foi enviado pela coordenação do Centrão a todos os seus integrantes. Ontem, às vésperas de uma semana que trará à cidade numerosos representantes do empresariado, o Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), encarregado da mobilização, afirmava ter como certas apenas dez ausências de parlamentares do seu bloco.

Desde a semana passada, os centristas vinham convocando seus companheiros a estar em Brasília na segunda-feira — e não na terça, como costumam. Eles temem que o

grupo do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), não dê o apoio necessário para aprovar o texto-base do Centrão e seja preciso garantir 280 votos no plenário.

Mas esta estratégia esbarrou num contratempo. A inexistência de um acordo das Lideranças e a falta de quorum na sexta-feira, fizeram com que se previsse a votação para amanhã. Embora Daso Coimbra e outros tenham passado o fim de semana convocando os constituintes, muitos já estavam no interior e não foram encontrados. Assim, é provável que o Centrão só venha a obter quorum amanhã.